

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Em 30 de junho de 2020, o passivo total foi de R\$24 milhões (31/12/2019 - R\$25 milhões), representado substancialmente pela Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Ações Cíveis no valor de R\$14 milhões (31/12/2019 - R\$13 milhões), contabilizados na rubrica de Outras Obrigações Diversas.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Asset na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander Asset informa que no semestre findo em 30 de junho de 2020, não foram prestados pela

PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, A Santander Asset confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à sua Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Santander Asset. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados na Santander Asset, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

São Paulo, 27 de agosto de 2020

A Diretoria

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado				
	Nota	30/06/2020	31/12/2019	
Receitas da Intermediação Financeira				
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	11.e	307	622	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		307	622	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		3.448	5.908	
Receitas de Prestação de Serviços	12	3.432	4.282	
Despesas de Pessoal	13	-	(1)	
Outras Despesas Administrativas	14	(545)	(500)	
Despesas Tributárias		(399)	(605)	
Outras Receitas Operacionais	15	1.313	4.067	
Outras Despesas Operacionais	16	(353)	(1.465)	
Resultado Operacional		3.755	6.530	
Resultado não Operacional		(76)	-	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		3.679	6.530	
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	(1.468)	(2.496)	
Provisão para Imposto de Renda		(467)	(489)	
Provisão para Contribuição Social		(287)	(300)	
Ativo Fiscal Diferido		(714)	(1.707)	
Participações no Lucro		-	(174)	
Lucro Líquido		2.211	3.860	
Nº de Ações (Mil)	10.a	12.493.834	12.493.834	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		0,18	0,31	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado				
	Nota	30/06/2020	31/12/2019	
Receitas da Intermediação Financeira				
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	11.e	307	622	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		307	622	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		3.448	5.908	
Receitas de Prestação de Serviços	12	3.432	4.282	
Despesas de Pessoal	13	-	(1)	
Outras Despesas Administrativas	14	(545)	(500)	
Despesas Tributárias		(399)	(605)	
Outras Receitas Operacionais	15	1.313	4.067	
Outras Despesas Operacionais	16	(353)	(1.465)	
Resultado Operacional		3.755	6.530	
Resultado não Operacional		(76)	-	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		3.679	6.530	
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	(1.468)	(2.496)	
Provisão para Imposto de Renda		(467)	(489)	
Provisão para Contribuição Social		(287)	(300)	
Ativo Fiscal Diferido		(714)	(1.707)	
Participações no Lucro		-	(174)	
Lucro Líquido		2.211	3.860	
Nº de Ações (Mil)	10.a	12.493.834	12.493.834	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		0,18	0,31	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado				
	Nota	30/06/2020	31/12/2019	
Saldo em 31 de Dezembro de 2018				
Lucro Líquido		2.211	3.860	
Destinações:				
Reserva para Equalização de Dividendos	10.c	-	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	10.c	-	-	
Saldo em 30 de Junho de 2019		105.265	105.265	
Mutação do Semestre		-	3.860	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		105.265	109.125	
Lucro Líquido		2.211	3.860	
Destinações:				
Reserva para Equalização de Dividendos	10.c	-	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	10.c	-	-	
Saldo em 30 de Junho de 2020		105.265	113.085	
Mutação do Semestre		-	8.800	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RESERVAS DE LUCROS

Nota	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reservas Legais	Reserva Estatutárias		
	105.265	21.053	29.294	-	155.612
	-	-	-	3.860	3.860
	-	-	1.930	(1.930)	-
	-	-	1.930	(1.930)	-
	105.265	21.053	33.154	-	159.472
	-	-	3.860	-	3.860
	-	-	36.604	-	162.922
	-	-	-	2.211	2.211
	-	-	-	1.106	(1.106)
	-	-	-	1.105	(1.105)
	105.265	21.053	38.815	-	165.133
	-	-	-	2.211	2.211

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Asset), subsidiária integral da SAM Brasil Participações S.A., tem como principais atividades: (i) Subscriver, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (iii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; e (iv) realizar a administração de recursos de terceiros, por meio de fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras de títulos e valores mobiliários, ou de outros instrumentos legais permitidos pela legislação, sendo que a realização de suas atividades observam todas as normatizações e as regulamentações aplicáveis emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Asset, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (cosif), da Comissão de Valores Mobiliários, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Circular Bacen nº 3.959/2019 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2020, na reunião realizada em 27 de agosto de 2020.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Asset.

b) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

f) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

g.1) Outros Investimentos
Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes
A Santander Asset é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 10.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (nota 9.a).

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

i) Remuneração Baseada em Ações
Liquidação em Ação
São referidas as opções de compra de ações do Banco Santander (Brasil) S.A. promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo, quando aplicável.

Liquidação em Dinheiro
No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do exercício de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

m) Juros sobre Capital Próprio
Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

n) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados
Resolução nº 4.797 foi revogada, e substituída pela Resolução nº 4820, a qual vigora a partir de 29 de maio de 2020 e determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

(i) remunciar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do:

(a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações;

(b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas.

(ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);

(iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;

(iv) aumentar qualquer remuneração, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

o) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, a Asset passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A Santander Asset classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, instrumentos de baixa de liquidez.

Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 30 de junho de 2020, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades de R\$594 (31/12/2019 - R\$211).

5. Outros Créditos - Rendas a Receber

	30/06/2020	31/12/2019
Rendas de Gestão de Fundos a Receber	407	462
Rendas na Distribuição de Cotas de Fundos de Investimentos	385	75
Outras (Nota 11.e)	23	57
Total	815	<

Santander Brasil Asset Management

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 10.977.742/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

h) Passivos Contingentes Fiscais, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificadas, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$99.838, sendo o principal processo o seguinte:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - refere-se à ação judicial, decorrente de autuações fiscais, que discutem a cobrança de contribuições previdenciárias sobre os pagamentos efetuados pela empresa a título de PLR. As Autoridades Fiscais concluíram que não foram atendidos os requisitos da lei. Contra essas cobranças foram interpostos os recursos cabíveis, pois a Administração entende que foram adotados todos os procedimentos previstos na legislação para caracterizar a natureza de pagamento da PLR. Em 30 de junho de 2020, o valor envolvido é de aproximadamente R\$31.587.

Compensação Não Homologada - A Asset discute administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2020, o valor era de R\$27.574.

Não há em 30 de junho de 2020, ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível.

As ações de natureza cível com classificação de perda possível, totalizaram R\$1.271 em 30 de junho de 2020.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, está composto por 12.493.834 mil ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, todas de domiciliadas no país, facultada a sua representação por títulos múltiplos ou cautelares.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

A Resolução CMN N° 4820, de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, inclusive por antecipação, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

No exercício de 2019, foram assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$74. O pagamento será realizado em agosto de 2020.

Em 2018, foram assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$83. O pagamento foi realizado em 15 de maio de 2019.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Asset e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

11. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores e para o ano de 2020 foi fixado no valor máximo de R\$15.000 (2019 - R\$15.000).

b) Benefícios de Longo Prazo

A Santander Asset, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

c) Benefícios de Curto Prazo

Em 30 de junho de 2020, não houve pagamento de Benefícios de Curto Prazo, pois os funcionários passaram a ser remunerados pela Santander Brasil Gestão de Recursos.

d) Participação Acionária

A Santander Asset é controlada pela SAM Brasil Participações S.A. que possui participação acionária direta de 12.493.834 mil ações, equivalentes a 100% do capital social.

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Disponibilidades	594	211	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. (Nota 4) (1)	594	211	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽⁴⁾	17.469	16.551	307	622
Banco Santander (1)	17.469	16.551	307	622
Rendas a Receber	7.226	7.260	44	653
Banco Santander (Brasil) S.A.	7.203	7.203	-	632
Santander Asset Management Luxembourg, S.A. (Nota 5)	23	57	44	21
Dividendos a Pagar	(74)	(74)	-	-
SAM Brasil Participações S.A. ⁽³⁾	(74)	(74)	-	-
Valores a Pagar à Sociedades Ligadas (Nota 8)	(33)	(138)	(159)	(1.137)
Banco Santander ⁽¹⁾	-	-	-	(625)
SAM Investment Holdings Limited ⁽²⁾	(20)	(55)	(82)	(14)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽³⁾	(13)	(83)	(77)	(498)

⁽¹⁾ Controlado pelo Banco Santander Espanha.

⁽²⁾ Controlador - A Santander Asset é controlada indiretamente pela SAM Investment Holdings Limited através da SAM Brasil Participações.

⁽³⁾ Controlada pela SAM Investment Holdings Limited.

⁽⁴⁾ Em 30 de junho de 2020, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses no valor de R\$1.998 (31/12/2019 - R\$396) e de 3 a 12 meses no valor de R\$15.471 (31/12/2019 - R\$16.155).

12. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Receitas de Gestão de Fundos de Investimentos	1.165	2.011
Receitas de Distribuição de Cotas	2.267	2.270
Total	3.432	4.281

13. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Proventos	-	10
Encargos Sociais	-	9
Total	-	19

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	408	183
Contribuição Entidades Associadas	104	101
Publicações	8	115
Seguros com Garantias de Processos Judiciais	10	5
Multas Cominatórias	-	34
Outras	15	18
Total	545	456

DIRETORIA

Diretor Presidente

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Diretores Executivos

Ana Tereza de Lima e Silva Prandini

Eduardo Alves de Castro

Mário Sérgio Simões Felisberto

Tatiana Teixeira Meggiolaro

Contador

Leonardo Santicioli - CRC 1 SP 265213/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

15. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Reversão de Provisões Operacionais	-	-
Fiscais	25	1.469
Trabalhistas (Nota 9.c)	65	406
Atualização de Depósitos Judiciais	604	1.228
Atualização de Impostos a Compensar	539	896
Recuperação de Encargos e Despesas	80	67
Outras	-	1
Total	1.313	4.067

16. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Varição Monetária Passiva	-	105
Atualização Monetária	184	212
Despesas com Serviços Corporativos (Nota 11.e)	77	499
Despesas com Rebate de Distribuição Fundos (Nota 11.e)	-	625
Outras	92	24
Total	353	1.465

17. Outras Informações

a) Em 30 de junho de 2020, o valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimentos sob gestão é de R\$796.421 (31/12/2019 - R\$1.117.107).

b) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Asset aderiu ao Comitê de Auditoria Único, do Banco Santander. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

c) Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Santander Asset monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Santander Asset mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht

Contador CRC 1SP213429/O-7